

ANAIS DO
IX SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DOS
PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

(Florianópolis, 17 a 23 de julho de 1977)

Organizados pelo Prof. Eurípedes Simões de Paula

Publicados pela Profa. Alice Piffer Canabrava
Secretário Geral da ANPUH

O HOMEM E A TÉCNICA

Volume II

SÃO PAULO - BRASIL

1979

DISCUSSÃO ACERCA DE UMA POSSÍVEL POLÍTICA INDUSTRIALIZANTE DE GETÚLIO VARGAS DE 1930 a 1937^(*)

ANNA MARIA Z. DE AGUIAR PUPO
EUCLIDES MARCHI
ILANA BLAJ

da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo nesta comunicação prende-se a uma análise dos discursos de Getúlio Vargas no período de 1930 a 1937, buscando de tectar neles uma possível política industrializante, já que para alguns autores a Revolução de 1930 significou uma ruptura estrutural na antiga ordem.

Ressalta-se que esta análise não supõe a aceitação de um posicionamento "personalista" frente à história, mas verificar se sua política teria tido como preocupação básica a industrialização do país ou se, ao contrário, a expansão ocorrida foi apenas decorrência das próprias contingências do momento.

A consideração destas alternativas se origina das divergências de alguns autores que analisam tal período.

Heitor Ferreira Lima(1), encara a Revolução de 1930 como uma condenação de toda a política econômica da República Velha. Apesar de sustentar que a plataforma da Aliança Liberal não continha nenhum programa concreto e renovador, ao analisar a obra de Getúlio Vargas conclui que seu programa era voltado à industrialização do país, centrado principalmente na indústria pesada a fim de mudar a estrutura econômica brasileira. Para ele, o setor industrial, atra-

(*) Comunicação apresentada na 4a. Sessão de Estudos, Equipe B, no dia 21 de julho de 1977 (Nota da Redação).

vês da ação de Vargas, foi o fator acelerador mais importante da economia brasileira no período. Da mesma forma, Luis Carlos Bresses Pereira(2) defende a tese de que o referido período foi o "*arranque do desenvolvimento industrial capitalista*" no Brasil(3). A Revolução de 1930 teria apeado do poder a oligarquia agrário comercial brasileira, pois no seu entender foi uma revolução da classe média. Na luta contra a aristocracia a classe média tradicional, Vargas alia-se ao proletariado urbano e à chamada nova classe média e ainda à classe emergente dos empresários industriais que o autor afirma ter sido beneficiada pela adoção de uma "*política nitidamente industrializante*"(4). Paradoxalmente afirma em seguida que a maior parte das vantagens atribuídas ao setor industrial ocorreram por acaso, ou seja, a través da proteção à economia cafeeira mantiveram-se os níveis de procura que estimularam a industrialização.

Já Hêlio Jaguaribe(5) nega o alojamento do patriciado rural do poder e a "*pretensa*" política de industrialização por parte do Governo Central(6). Apesar de sustentar também que a Revolução de 1930, foi uma revolução da classe média, afirma que esta classe "*se negou a aprofundar a revolução para os planos econômico e social*"(7). É categórico ao dizer que o Estado de 1930 a 1945 foi praticamente inerte e que o desenvolvimento da indústria substitutiva de importações deveu-se unicamente à iniciativa privada(8). Da mesma forma, José Carlos Pereira destaca(9) que o aceleramento do setor industrial foi obra exclusiva da iniciativa privada devido às circunstâncias conjunturais como a crise de 1929 e a crise do café que resultam em disponibilidade de capitais que serão aplicados na indústria. Em nenhum momento faz referências a uma possível política industrialista de Getúlio Vargas.

Sustentando uma posição bem mais radical, Warren Dean(10), afirma que a política econômica de Vargas foi muito mais financeira do que industrial, sendo que sua atitude inicial revela-se hostil aos industriais. "*Sua plataforma só era favorável à proteção das indústrias que utilizavam matérias-primas nacionais.....e queixava-se contra as indústrias artificiais que fabricavam com matérias-primas importadas, aumentando o custo de vida em benefício de industriais*

privilegiados"(11). Porém, quando os industriais manifestaram o desejo de aproveitar os benefícios de matérias-primas nacionais, Vargas limitou tal interesse aos setores existentes: algodão, açúcar e borracha. As promessas em relação à mineração, para Dean, foram enganosas e abstratas(12), e sua preocupação em relação ao café de monstra que Vargas era favorável ao retorno ao campo. Concluindo a posição de Warren Dean: *"Vargas poucas vezes mencionou a indústria nos discursos públicos que proferiu durante esse período, e os escritos dos seus consultores revelam escasso interesse pela manufatura nacional"*(13).

Partindo dessas posições divergentes procuraremos verificar se a política econômica de Getúlio Vargas de 1930 a 1937 teria sido de cunho nitidamente industrializante, modificando assim, a forma de inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho(14).

* *

*

I. O PERÍODO PRÉ-REVOLUCIONÁRIO NA VISÃO DE VARGAS.

Nosso objetivo ao procurarmos definir a posição de Vargas em relação ao período pré-revolucionário, visa principalmente a detectar se, nas críticas que faz tanto na campanha eleitoral da Aliança Liberal, quanto nos primeiros anos de seu governo, tinha a exata percepção das limitações de uma economia centrada apenas em produtos agrícolas de exportação. Da mesma maneira, preocupar-nos-emos em entender qual a sua posição em relação à penetração dos capitais estrangeiros. Destacaremos vários setores aos quais se refere, embora alguns não estejam diretamente relacionados aos objetivos de nosso trabalho. Assim iniciaremos com sua apreciação a respeito do setor político para depois passarmos ao setor econômico(15).

Referindo-se ao regime republicano, mostra como este desvirtuou-se com o passar do tempo pois a maioria dos problemas nacionais permaneceram intactos, ou foram resolvidos de forma incompleta. Constatata que o Poder Executivo predomina sobre os demais poderes, desequilibrando o próprio regime, levando a política ao caos. O poder

público permanece alheio e impermeável às exigências sociais e econômicas do país, tornando-se isolado. Os membros do Congresso não representavam a opinião nacional e sim as oligarquias. A maioria das unidades da Federação permanecia isolada, tanto econômica quanto administrativamente e socialmente. Cada Estado era domínio de uma oligarquia local que por sua vez, articulando-se com as outras, controlavam o poder político. Os partidos políticos não eram intérpretes do pensamento nacional, sendo que cada Presidente impunha seu próprio programa, resultando em uma descontinuidade administrativa. Resultante desta situação, os demais poderes, sob o predomínio do Executivo, adquirem caráter de artificialidade. A única realidade era o Poder Executivo.

Este caos político refletia-se nos demais setores como: econômico, financeiro e administrativo, rebaixando o crédito, depauperando as fontes de renda, sangrando o Tesouro Nacional.

"O momento era alarmante para os capitais, de miséria para a produção, de angústia para o comércio, de embaraços de toda sorte para as atividades em geral"(16).

Quanto à situação econômica antes de 1930, Vargas traça o seguinte panorama:

- a) orçamento desequilibrado, redundando em déficit que é coberto por empréstimos do capitalismo estrangeiro, que aumentavam ainda mais a dívida pública. Cada exercício recebe do seu antecessor um déficit, que, para ser coberto, redundava em empréstimos externos. Este fato abala o crédito do país no exterior e desequilibra o balanço de pagamentos, aumentando a dívida pública. Portanto o crédito e as finanças públicas encontravam-se em situação precária e o orçamento desequilibrado.
- b) as rendas públicas, a exportação, a importação, o comércio interno e externo e a produção estavam à beira do colapso.

LAVOURA

Na visão de Vargas, da exploração desordenada das riquezas agrícolas brasileiras decorreu a possibilidade de outros países come

çarem a produzir gêneros similares aos brasileiros e, assim, concorram pela primazia mundial. O poder público não tinha planos para organizar e amparar as culturas nacionais. A lavoura estava em crise.

O cacau, açúcar e algodão viam fecharem-se os mercados estrangeiros por falta de apoio governamental.

Quanto ao café, o consumo decrescia, ao mesmo tempo que a produção aumentava, configurando-se uma situação de superprodução. O café estava armazenado fazendo a fortuna do intermediário. A política de valorização teve efeito negativo, pois fez diminuir o consumo estimulou a produção cafeeira em outros países e tornou possível o aparecimento em outras partes de produtos que substituíssem o café.

PROBLEMA CAMBIAL.

A política de valorização do café implicava na manutenção da taxa cambial. Isto era conseguido através da entrada de ouro por meio de empréstimos externos da União, Estados e Prefeituras. Mas mesmo assim a situação continuava precária e os expedientes utilizados, como as consignações do café, não davam resultado. A soma total de ouro remetida para sustentar o câmbio atingiu a cifra de £ 33.989.900. A estabilização fracassou, mas o Governo continuava a iludir o povo arrastando o país para a ruína econômica e financeira. Devido aos empréstimos levantados para o programa de estabilização, o ouro era escoado para o exterior.

Como conclusão, Getúlio apresenta o seguinte quadro: reserva de ouro esgotadas, desemprego, desequilíbrio das forças econômicas, alta no custo de vida, desvalorização da moeda nacional, crise na lavoura, paralização das indústrias.

FINANÇAS.

Antes da Revolução calculava-se a receita sem correspondência com as despesas. Os orçamentos eram sempre deficitários. Os Estados

e Municípios desconheciam a própria situação financeira e a União só possuía 40% das cópias dos textos dos empréstimos externos. Em alguns discursos, Getúlio Vargas apresenta um quadro estatístico sobre a situação financeira antes da Revolução de 1930. Assim, referindo-se ao *deficit* do quadriênio passado, dá o seguinte quadro:

1927 - deficit - 155.517:532\$123
 1928 - deficit - 145.774:513\$999
 1929 - deficit - 189.876:537\$159
 1930 - deficit - 832.590:506\$196
 total do deficit - 1.323.759:089\$537.

Para sanar tais déficits o governo anterior tomou as seguintes providências: em 1927 o Governo Federal fez um empréstimo em libras e ainda emitiu apólices; em 1928 novamente emite apólices; em 1930 há a encampação de emissão do Banco do Brasil creditada em conta do Tesouro. O total destas operações apenas aumentaram a dívida externa e interna do país para 1.338.439:943\$277.

Além desta situação o Banco do Brasil não apenas esgotara seus créditos no exterior como também os excedera. A 05 de Abril de 1930 o débito externo do país era de £ 7.324.086 e quando o Governo Provisório assume, contrai um empréstimo de £6.550.000 junto à casa Rothschild & Sons, a fim de recuperar o crédito no exterior.

A situação dos Estados não era melhor. Em 1930 o *deficit* das finanças estaduais era de 472.450:000\$. As dívidas internas montavam a 2.941.001:000\$ e as externas a 885.948:000\$. A receita era de 1.012.177:000\$ e a despesa de 1.484.527:000\$(17). Para Vargas, esta situação era decorrente do sistema federativo que acarretou uma desigualdade da distribuição da renda nos Estados, acarretando neles desorganização financeira e depressão econômica. Os impostos interestaduais; o excesso de tributação e o desbaratamento do dinheiro público somente agravava esta situação.

Por estes dados levantados, percebe-se que Getúlio Vargas tinha conhecimento da situação real em que se encontrava a economia brasileira antes de 1930. Porém, em termos de nossos objetivos podemos concluir que a sua visão limitava-se a detectar a situação exis

tente no âmbito interno. Isto porque nos discursos consultados não transparece sua percepção da raiz do verdadeiro problema: uma economia centrada na agricultura de exportação e portanto extremamente vulnerável aos influxos externos e à penetração do capital estrangeiro. Tanto isto é verdade que Vargas preconiza após a Revolução o retorno ao campo como solução, e mais ainda, vale-se de empréstimos estrangeiros para tentar equilibrar as finanças brasileiras.

* *

*

II. PROPOSTAS DE TRABALHO DO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS ATÉ 1937.

Nosso objetivo neste ítem é o de apresentarmos as várias propostas de Getúlio Vargas, a fim de remediar a situação anterior por ele analisada e criar uma nova estrutura para o país. Nosso fim último é detectarmos quais os setores que mereceram maior destaque da sua parte para verificarmos a ênfase dada ao problema da indústria nacional.

Para tal nos utilizaremos da síntese feita pelo próprio Getúlio no discurso de sua posse no Governo em 03/11/1930, onde apresenta um *Programa de Reconstrução Nacional*(18). Utilizaremos ainda outros pronunciamentos feitos no decorrer de seu governo, aonde de uma forma ou de outra apresenta propostas de trabalho(19). Getúlio Vargas sempre partiu do princípio de que, para se conseguir a restauração financeira e econômica do país, era necessária a reconstrução moral e material do Brasil, o saneamento dos costumes políticos e a reforma administrativa. Para ele, a Aliança Liberal tinha tido o papel de dar forma transitória às aspirações populares e permitir a constituição de uma resistência ao Governo. Na verdade, acreditava mais em restabelecer a ordem material do que em problemas de ordem política. A reconstrução política viria após o saneamento da desordem nos setores da administração pública. Vargas não dava importância a programas partidários ou a plataformas governamentais. Afirmava reconstituir o país sem haver delineado normas de ação rígidas. Para ele, mais que as palavras valiam os fatos e ações. Mesmo assim, no seu

discurso de posse, apresenta desta forma seu plano de Reconstrução Nacional:

01) *Concessão de Anistia.*

02) *Saneamento moral e físico, estirpando ou inutilizando os agentes de corrupção, por todos os meios adequados a uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária.*

03) *Difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo um sistema de estímulo e colaboração direta com os outros Estados. Para ambas as finalidades, justificar-se-ia a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas.*

04) *Instituição de um Conselho Consultivo, composto de individualidades eminentes, sinceramente integradas na corrente de idéias novas.*

05) *Nomeações de comissões de sindicância, para apurarem as responsabilidades dos governos depositos e de seus agentes, relativamente ao emprego dos dinheiros públicos.*

06) *Remodelação do Exército e da Armada, de acordo com as necessidades da Defesa Nacional.*

07) *Reforma do Sistema Eleitoral, tendo em vista, precipuamente, a garantia do voto.*

08) *Reorganização do aparelho judiciário no sentido de tornar uma realidade a independência moral e material da magistratura, que terá competência para conhecer o processo eleitoral em todas as fases.*

09) *Feita a reforma eleitoral, consultar a Nação sobre a escolha de seus representantes, com poderes amplos de constituintes, a fim de procederem à revisão do Estatuto Federal, melhor amparando as liberdades públicas e individuais e garantindo a autonomia dos Estados contras as violações do Governo Central.*

10) *Consolidação das normas administrativas, com o intuito de simplificar a confusa e complicada legislação vigorante, bem como de refundir os quadros do funcionalismo, que deverão ser reduzido ao indispensável, suprimindo-se os adidos e excedentes.*

11) *Manter uma administração de rigorosa economia, cortando todas as despesas improdutivas e suntuárias - único meio eficiente de reestaurar as nossas finanças e conseguir saldos orçamentários positivos.*

- 12) Reorganização do Ministério da Agricultura, aparelho atualmente rígido e inoperante, para adaptá-lo às necessidades do problema agrícola brasileiro.
- 13) Intensificar a produção pela policultura e adotar uma política internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento das nossas sobras exportáveis.
- 14) Rever o sistema tributário, de modo a ~~apropiar~~ a produção nacional, abandonando o protecionismo dispensado às indústrias artificiais, que não utilizam matéria-prima do país e mais contribuem para encarecer a vida e fomentar o contrabando.
- 15) Instituir o Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural.
- 16) Promover sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade mediante transferência direta de lotes de terra de cultura ao trabalhador agrícola, preferentemente ao nacional; estimulando-o a construir com suas próprias mãos, em terra própria, o edifício de sua prosperidade.
- 17) Organizar um plano geral ferroviário e rodoviário, para todo o país, a fim de ser executado gradualmente, segundo as necessidades públicas e não ao sabor de interesses de ocasião.

Em 1931, Vargas colocou novamente alguns dos objetivos de seu governo e notamos novamente que o maior problema é o econômico-financeiro. Neste programa já aparecem as preocupações com a dívida externa brasileira e novamente com o problema tributário, mormente as chamadas "indústrias artificiais". Resumindo:

- Organização econômica e financeira da União, Estados e Municípios simultaneamente. Deve haver regularização dos compromissos externos federais, estaduais e municipais. A União assume a responsabilidade destes compromissos sob a garantia de uma quantia de renda dos Estados e Municípios. Esta quantia será parte do imposto sobre a exportação, imposto este que deve desaparecer gradualmente pois onera a produção.

- Deve ser abolido o recurso de recorrer a empréstimos externos para se executar obras suntuárias ou para cobrir déficits orçamentários. Deve haver equilíbrio entre receita/despesa e o controle da arrecadação das rendas e seu emprego.

- Deve haver revisão do sistema tributário para não haver um franco e desatinado protecionismo. Somente as indústrias nacionais devem ser amparadas e não as artificiais. Deve-se estimular o aproveitamento de matérias-primas do próprio país.

Em maio de 1932, Vargas relata à Nação o que pretende executar nos anos vindouros:

- a) Administração Pública: - reorganização administrativa;
 - coordenação dos múltiplos serviços públicos;
 - racionalização da administração;
 - nova organização do Tesouro Nacional, visando a um controle mais rápido do Governo sobre as rendas;
 - extensão do controle para a economia e finanças dos Estados e Municípios para saber seu desenvolvimento econômico e corrigir-lhes a tributação;
 - Revisão e simplificação das várias leis fiscais;
 - Elaboração dos orçamentos federais com precisão e previsão;
 - criação do Tribunal Administrativo e remodelação do Tribunal de Contas;
 - Revisão do sistema tributário para fazer nova discriminação nas rendas federais e estaduais;
- b) Reformas Econômicas: - Transformação do regime bancário reduzindo em maior exportação do crédito pelo país, visando a penetração deste no interior para auxiliar o produto;
 - criação de bancos especializados, concessão do crédito agrícola em geral para um novo surto de novas riquezas agrícolas e para amparar as indústrias de produção já existentes: café, açúcar, cacau, álcool-motor, pecuária;

- *nacionalização da pesquisa e exploração de minérios;*
- *revisão tarifária para mercadorias de indústrias genuinamente nacionais. Adoção de um regime moderadamente protecionista;*
- *revisão da legislação civil, comercial e criminal;*
- *siderurgia nacional;*
- *reorganização da marinha mercante;*
- *combate às secas do Nordeste;*
- *defesa sanitária;*
- *solução para a educação nacional: Universidade do Trabalho.*

Além destes programas, notamos durante o período estudado preocupações de Vargas, em relação a vários problemas, acerca dos quais apresenta propostas no decorrer do seu governo. Elencando estes problemas e as soluções propostas:

- a) *para atender o proletariado:*
- *organização sindical;*
 - *lei de férias;*
 - *limitação das horas de trabalho;*
 - *salário mínimo;*
 - *seguro social;*
 - *proteção às mulheres e menores;*
 - *o proletariado deve agir como força de cooperação com o Estado afim de atrair o capital.*

b) *quanto ao problema do abandono do campo: as propostas de Vargas visavam estimular o retorno ao campo, educar as populações rurais de forma que valorizassem economicamente o interior, povoando-o e saneando-o. A aquisição de terra pela população por baixo preço e parceladamente era uma das maneiras de estimular o retorno ao campo.*

c) *a região Nordeste sempre esteve nas preocupações de Vargas, principalmente devido à indústria açucareira. Vargas propunha a modernização dos cultivos da terra e da exploração das indústrias natu-*

rais. A construção de barragens, aparelhamento dos meios de transporte para melhor deslocamento da produção, assistência ao agricultor a fim de inculcá-lhe novos hábitos de trabalho eram algumas medidas propostas. Quanto à lavoura da cana propriamente dita, Vargas propunha amparo aos pequenos cultivadores, a criação do crédito agrícola, aparelhamentos dos portos, aperfeiçoamento das vias de transporte terrestres, obras de canalização e barragens para um sistema de irrigação e açudagem (isto também contribuiria no combate às secas da região). Mesmo o Instituto do Açúcar e do Alcool foi criado para assegurar o equilíbrio do mercado do açúcar, defendendo a produção açucareira pela conversão do excesso em álcool.

d) Outras indústrias naturais: nacionalização da indústria dos artefatos de borracha para evitar a evasão do ouro, e o cultivo em larga escala e metódico da castanha.

Para Vargas a solução para a Amazônia residia não na exploração nômade, e sim na exploração sedentária. Citava o exemplo da Ford em Tapajós e dos núcleos japoneses como modelo de colonização a ser seguido.

A preocupação nítida com a agricultura e com o problema das finanças aparece claramente nas propostas do Ministro da Fazenda, José Maria Whitaker quando diz serem seus principais objetivos:

- restituir ao país a liberdade econômica comprando o estoque de café para depois reorganizar o comércio deste principal artigo da produção brasileira;
- atingir a normalização financeira mantendo o equilíbrio dos orçamentos;
- estabelecer uma organização bancária criando o Banco Central das Reservas;
- reformar o sistema monetário;
- instituir o crédito agrícola fundando o Banco Hipotecário Nacional.

Uma análise das propostas de trabalho apresentadas por Vargas no período estudado, demonstra alguns pontos essenciais que definem sua política. Entre eles aparece sempre primordialmente a preocupação com a moralização do país e com sua reorganização administrativa e financeira. O que nos parece interessante é que para equilibrar

as finanças nacionais propõe o corte nas despesas suntuárias e não uma diversificação e aumento da produção nacional a fim de sanar os problemas financeiros. Percebe-se porém que já intuía os efeitos negativos dos empréstimos externos na economia do país, principalmente quando utilizados para cobrir déficits orçamentários. Por outro lado, não detectamos até que ponto Vargas estava preocupado com o problema da dependência externa que estes empréstimos acarretavam. Não notamos em suas várias propostas uma condenação aos investimentos externos do país, muito pelo contrário, chega a aprovar empreendimentos como o da Ford na região do Tapajós. Concluimos pois que Vargas mostrava-se contrário ao capital estrangeiro somente no que dizia respeito a seu emprego para cobrir *déficits* orçamentários, não se pronunciando acerca dos investimentos externos que acarretariam uma situação de dependência.

Outro aspecto que é bastante enfatizado por Vargas é o estímulo à agricultura. Nas suas diferentes propostas de trabalho é constante a referência à agricultura e a setores à mesma ligados. Propõe um retorno ao campo, a fim de estimular a produção agrária e instituir o crédito agrícola a fim de incentivar a policultura e a pequena propriedade. Note-se que estes incentivos não são oferecidos proporcionalmente ao setor industrial. As várias realizações como, por exemplo, o incremento nos meios de transporte, obras contra as secas, irrigação, drenagem, etc... sempre aparecem ligadas ao setor agrário. A própria política internacional é entendida como um meio de aproximação para facilitar o escoamento do excedente agrícola. A confirmação de que a maioria de suas propostas está ligada à agricultura revela-se nítida na criação do Instituto do Açúcar e do Alcool quando o próprio Vargas esclarece que tal instituto visava controlar o problema da superprodução açucareira, transformando o excesso em álcool. Isto, a nosso ver, não possui conotações industrialistas, mas, ao contrário, intensifica ainda mais a produtividade agrícola. Aliás, a referência que faz ao estímulo necessário às indústrias nacionais, nada mais é do que a proteção ao álcool, açúcar, cacau, café e borracha. Não se refere à necessidade de ampliar o "parque indústria?", mas apenas proteger tais produtos

que no seu entender constituíam as chamadas indústrias nacionais. Em função disto, pode se entender a posição de Vargas frente ao problema do protecionismo. Acrescente-se que, para ele, protecionismo significava apenas proteção por meio da tributação e não um sistema racional de incentivos que criasse uma infra-estrutura capaz de dinamizar a economia do país.

Concluindo, toda esta ênfase dada à agricultura só demonstra que a política de Vargas, ao privilegiar o setor agro-exportador perpetua já a situação de dependência do país.

* *
*
*

III. REALIZAÇÕES DO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS DE 1930-1937.

a) Obra Administrativa:

Atribuindo o caos que caracterizava o país antes da Revolução à falta de estrutura do setor administrativo, um dos trabalhos básicos que Vargas realiza é a remodelação do mesmo. Neste item analisaremos a criação e remodelação de vários Ministérios, a fim de detectarmos os setores aos quais dá maior ênfase, preocupando - nos principalmente a importância dada ao Setor Industrial, de conformidade com os objetivos de nosso trabalho. Para tal, serão analisados apenas os seguintes Ministérios: Relações Exteriores, Fazenda, Viação e Obras Públicas, Agricultura, Trabalho Indústria e Comércio(20).

*

01) Ministério das Relações Exteriores:

"No Ministério das Relações Exteriores.....realizou-se a grande reforma, tendente a orientar a nossa política exterior para atividades econômicas"(21).

Isto porque no entender de Getúlio Vargas a Secretaria das Relações Exteriores não preenchia seus fins. Havia necessidade de preparação de pessoal dotado de maior capacidade de serviço a fim de dar maior dinamização ao organismo. Desta forma, suprimiu-se o

quadro burocrático refundindo-o nos quadros diplomáticos e consular.

A análise das realizações ligadas ao Ministério das Relações Exteriores revela que as mesmas se deram mais ao nível de Tratados de Limites, regulamentação de extradições, permutas culturais, fomento ao turismo, etc..

Com relação ao objetivo estipulado por Getúlio Vargas em relação a este Ministério, ou seja, a orientação da política externa brasileira para as atividades econômicas, destacam-se os acordos comerciais com 31 países. Tais acordos guiavam-se pelo Decreto Nº 20. 380 de 08 de Setembro de 1931, por meio do qual o Governo Provisório mandou proceder à revisão das tarefas alfandegárias com o intuito de alcançar reciprocidade. No entanto, não encontramos referências explícitas de tais acordos incluíam importação de maquinaria de base a fim de desenvolver a industrialização nacional; também não se previa a exportação futura de eventuais produtos manufaturados brasileiros.

*

02) Ministério da Fazenda.

Com relação ao Ministério da Fazenda destacamos várias providências tomadas durante o período por nós analisado.

Com referência ao Banco do Brasil foi realizada a reforma de seus estatutos e restabelecida e ampliada a Carteira de Redescostos. Criaram-se vários organismos sendo que sua maioria estava voltada a problemas relacionados com tributação, arrecadações alfandegárias e com a promoção da agricultura. Foram assim criadas as Comissões: de Compras, de Defesa da Produção do Açúcar, de Estudos Financeiros Econômicos e também o Departamento Nacional do Café e várias coletárias nos estados para arrecadarem as rendas federais.

Com relação à promoção da agricultura, destaca-se o atendimento ao problema do café. Para tal realizou-se a compra dos estoques armazenados, a permuta do café por trigo com a *Grain Stabilization Corporation* de Chicago e a *Bush Terminal Company* de Nova York. Além disso efetuou-se a regulamentação da arrecadação de uma taxa de 15 shillings por saca de café exportado, pelo Departamento Nacional do Café.

gularizou-se também o embarque e transporte do café pelas estradas de ferro do país.

Além do café, outros setores agrícolas foram também privilegiados pelo Ministério da Fazenda. Assim, concederam-se favores para a fabricação no Brasil de vinhos compostos, bem como favores a empresas que se dedicassem ao plantio e beneficiamento da borracha e caucho. As companhias que explorassem a mineração do ouro receberiam favores aduaneiros.

No setor financeiro o Ministério revisou tarifas alfandegárias, modificou o sistema de recolhimento das receitas e pagamento das empresas federais, suprimiu contas correntes em moedas estrangeiras nos estabelecimentos bancários, autorizou descontos de títulos destinados ao financiamento da produção industrial, agrícola e pecuária. Dispôs também sobre operações de crédito entre municípios, estados e União e ainda autorizou o desconto de letras para agricultura e indústria. Quanto ao capital estrangeiro, houve a aprovação de regulamentos para a fiscalização do serviço de empréstimos externos dos estados e municipalidades e tomou-se providências sobre a consolidação da uniformização das dívidas externas dos estados. Também concluíram-se acordos sobre créditos congelados de origem comercial com países estrangeiros.

Finalmente quanto ao setor industrial, o Ministério da Fazenda concedeu privilégios ao refinamento e manufaturas de artefatos de borracha, bem como a empresas fabricantes de cimento. Manteve-se a proibição de importação de mercadorias estrangeiras com similar na indústria nacional e ainda regulamentou-se a organização de Bancos de Crédito Industrial.

Na atuação deste Ministério, através dos dados coletados, temos que a ênfase primordial foi dada à reorganização das finanças nacionais. Proibiram-se os empréstimos externos que cobrissem déficits orçamentários, mas permitiu-se a penetração de investimentos externos bem como de indústrias estrangeiras e mesmo consórcios com empresas nacionais. Portanto o problema da infiltração do capital estrangeiro no país não era visualizado por Getúlio Vargas.

Por outro lado, percebe-se novamente uma grande ênfase dada ao

setor agrícola e extrativo, enquanto a medida de maior relevância em relação ao setor industrial foi a criação dos Bancos de Crédito Industrial. No entanto, não encontramos medidas que estimulassem a importação de maquinarias de base para criar uma infra-estrutura industrial que pudesse se desenvolver mais tarde autonomamente.

★

03) Ministério da Viação e Obras Públicas.

Com relação a este Ministério, citaremos suas realizações básicas no setor da infra-estrutura. Em primeiro lugar destacaremos a criação de vários organismos como Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, Departamento de Aeronáutica Civil, Diretoria Geral dos Correios, Departamento Nacional de Portos e Navegação. Regularizou-se também o serviço da Marinha Mercante Nacional.

Deu-se maior ênfase neste Ministério à construção e ampliação de portos e estradas de ferros, bem como à eletrificação da Central do Brasil pela *Metropolitan Vickers Electrical Export Co. Ltd.* Destaca-se que em relação aos portos, seus melhoramentos e construções se deram principalmente na região Nordeste. Este fato mostra a importância dada a tal região devido à cultura e industrialização do açúcar e cacau para sua posterior exportação. Acrescente-se a isso o crédito oferecido para obras contra as secas e para a assistência aos flagelados nordestinos. O porto do Rio de Janeiro também recebeu melhoramentos, bem como a Baixada Fluminense na qual realizaram-se obras de drenagem e irrigação voltadas para um maior aproveitamento de produção agrária regional.

Quanto às estradas de ferro, além de sofrerem obras de ampliação e melhoramentos Vargas reduziu as tarifas para o transporte de produtos agrícolas e industriais.

Concluímos a partir destes dados que neste Ministério as maiores atenções estiveram voltadas para setores infra-estruturais mas que visavam basicamente privilegiar o setor agrícola, tanto no próprio cultivo quanto transporte e escoamento.

★

04) Ministério da Agricultura.

Pela leitura feita dos vários pronunciamentos de Getúlio Vargas, notamos que o Ministério da Agricultura foi o que maior atenção recebeu do governo de 1930 a 1937. Este Ministério foi considerado como órgão especializado para a organização e desenvolvimento da produção nacional. Como sua estruturação anterior era tida como rígida e inoperante, foi totalmente remodelado em 1933. A finalidade da reforma e do próprio Ministério passa a obedecer os seguintes objetivos:

- "a) estudar o aproveitamento racional das matérias primas minerais, vegetais e animais, padronizando e fiscalizando os tipos de produção;*
- b) estender a rede de pesquisas geológicas e mineralógicas, de forma a estabelecer um cadastro tão completo quanto possível da riqueza mineral do país;*
- c) avaliar as disponibilidades da energia utilizável pela indústria, determinando a potência das quedas d'água, a capacidade das jazidas de carvão e a existência de depósitos petrolíferos;*
- d) aperfeiçoar nossas condições agrícolas pela seleção de espécie e escolha do habitat mais favorável ao seu desenvolvimento;*
- e) estudar a adaptação de plantas e animais exóticos ao nosso meio, transformando-os racionalmente em novas fontes de riqueza nacional;*
- f) aperfeiçoar os meios de combate às pragas e enfermidades que prejudicam o desenvolvimento das plantas e animais;*
- g) e, finalmente, modificar, pelas instruções técnico-profissionais - racionais e cuidadosamente ministradas -, a mentalidade do nosso meio agrícola e pastoril" (22).*

Notamos ainda que nos discursos de Vargas é este o único Ministério detalhadamente apresentado, sendo descritas inclusive suas várias secretarias, superintendências e diretorias. Senão vejamos:

1 - Secretaria de Estado:

- a) Gabinete do Ministro;*
- b) Diretoria do Expediente e Contabilidade;*

- c) *Portaria;*
 - d) *Diretoria de Sindicalismo Cooperativista com o nome de Diretoria de Organização e Defesa da Produção*
- 2 - *Diretoria Geral de Agricultura:*
- a) *Secção do Expediente e Contabilidade;*
 - b) *Diretoria do Fomento e Defesa Agrícolas;*
 - c) *Diretoria do Ensino Agronômico;*
 - d) *Diretoria de Plantas Têxteis;*
 - e) *Diretoria de Fruticultura;*
 - f) *Diretoria de Defesa Sanitária Vegetal.*
- 3 - *Diretoria Geral de Indústria Animal:*
- a) *Secção de Expediente e Contabilidade;*
 - b) *Instituto de Biologia Animal;*
 - c) *Diretoria de Fomento da Produção Animal;*
 - d) *Diretoria de Defesa Sanitária Animal;*
 - e) *Diretoria de Fiscalização dos Produtos de Origem Animal;*
 - f) *Diretoria de Caça e Pesca;*
 - g) *Laboratório Central de Indústria Animal.*
- 4 - *Diretoria Geral de Pesquisas Científicas:*
- a) *Secção de Expediente e Contabilidade;*
 - b) *Instituto Biológico Federal - Jardim Botânico;*
 - c) *Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil - Estação Experimental de Combustíveis e Minérios;*
 - d) *Instituto de Química;*
 - e) *Instituto de Tecnologia;*
 - f) *Instituto de Meteorologia, Hidrometria e Ecologia Agrícolas;*
 - g) *Instituto de Biologia Animal.*
- 5 - *Organização Futura da Diretoria Geral de Produção Mineral:*
- a) *Diretoria de Minas;*
 - b) *Diretoria de Água;*
 - c) *Instituto Geológico e Mineralógico;*
 - d) *Laboratório Central de Indústria Mineral;*
 - e) *Escola Nacional de Química.*

A par desta organização do Ministério da Agricultura é importante

te destacamos sua atuação quanto aos produtos agrícolas pecuários e do subsolo:

café — regulamentação de seu plantio e replantio e a proibição por três anos de seu plantio no território nacional. Proibiu-se também exportação de café que contivesse impurezas e estabeleu-se uma tabela de Equivalência de Defeitos Admitidos. Criou-se o Serviço Técnico do Café;

algodão — criou-se uma seção de classificação na Superintendência do Serviço de Algodão e ainda estabeleceram-se medidas para uniformizar tal classificação em todo o território nacional, tornando-a obrigatória. Estabeleceram-se medidas para a fiscalização das sementes de algodão e outras plantas têxteis. Quanto à seda foi aberto um crédito de 15:439\$170 papel e 26:079\$514 ouro para o auxílio de sua industrialização;

frutas — foram dados novos regulamentos ao comércio exportador de frutas cítricas, bananas e abacaxis;

álcool — foi instituído o Serviço de Fiscalização técnica das medidas decretadas pelo governo com o intuito de desenvolver no país o uso do álcool-motor. Autorizou-se a assinatura de contratos para a montagem de usinas destinadas à produção de álcool absoluto;

pecuária — abriu-se crédito especial de 100:000\$ para o prosseguimento de estudos sobre a febre aftosa e preparo da respectiva vacina;

minas — foram suspensos os atos de alienação, oneração ou promessa de alienação ou oneração de qualquer jazida mineral, e também foi regulamentada a indústria da fiação do ouro aluvial;

petróleo — concedeu-se autorização de pesquisa do petróleo em vários pontos do território.

Analisando a finalidade do próprio Ministério destacamos o fato de que se atribui a este Ministério a função de órgão especializado para a organização e desenvolvimento da produção nacional. Esta produção nacional referia-se, porém, especificamente à produção agrícola, ficando pois clara a ênfase dada à agricultura que passa a ser sinônimo de produção nacional.

A própria remodelação total do referido Ministério mostra que as

atenções do Governo voltavam-se primordialmente para o setor agrícola. Apesar de que nos objetivos desta reforma consta uma preocupação pela indústria quando se refere à exploração maior da energia hidráulica além do carvão e pesquisas petrolíferas, não notamos ênfase a estes setores quando analisamos a legislação orgânica outorgada por este Ministério. Novamente a maior ênfase é dada aos setores diretamente ligados à terra e ao cultivo e não à exploração dos setores energéticos.

*

05) Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Este Ministério foi criado pelo Governo Revolucionário desvinculando os setores da indústria e comércio do antigo Ministério da Agricultura. Sua finalidade era a de regular as relações entre trabalho e capital, fiscalizar as indústrias, o comércio, a organização da produção, sua circulação e consumo.

Para atender ao problema da indústria, comércio e trabalho, foram organizados o Departamento Nacional da Indústria, Departamento Nacional da Estatística, Departamento Nacional do Povoamento, Departamento Nacional do Comércio e o Departamento Nacional do Trabalho. Foram também criadas as Inspetorias Regionais deste Ministério e regulamentado o Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

Quanto ao setor da indústria, a legislação oficial resumiu-se a regulamentar sobre os seguintes pontos:

- a) *abolição dos impostos interestaduais;*
- b) *providências sobre a organização de estatística industrial;*
- c) *proibição de importação de máquinas para as indústrias consideradas em superprodução;*
- d) *marcação obrigatória e indelével dos tecidos nacionais;*
- e) *marcação dos envoltórios e recipientes de produtos destinados à exportação.*

Na verdade, o principal objetivo deste Ministério, segundo o próprio Getúlio Vargas, era substituir a luta de classes pela colaboração entre as mesmas, atendendo à realidade nacional. Desta forma, a maioria das providências tomadas por este Ministério atendiam aos

aspectos sociais. Por exemplo: seguro de vida temporário para a garantia de aquisição de imóveis; regulamentação das horas de trabalho no comércio; legislação sobre a mão de obra feminina e menores; organização das classes em sindicatos profissionais; criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos marítimos, comerciantes, bancários, estivadores, trabalhadores em trapiche e armazéns de café; regulamentação do trabalho nacional; instituição das Caixas de Aposentadoria e Pensões; estabelecimento de obrigações quanto aos acidentes de trabalho; regulamentação da concessão de férias aos empregados sindicalizados; instituição das comissões mixtas de conciliação e arbitragem para solucionar os dissídios entre as classes; nacionalização do trabalho; exigindo-se 2/3 de brasileiros natos nos diversos setores, menos na agricultura, pecuária e indústrias extrativas.

Percebe-se portanto que o grande destaque nas atividades deste Ministério centralizava-se em torno do setor social. Destaca-se que a nacionalização do trabalho (obrigatoriedade do emprego de 2/3 de brasileiros natos) ocorreu nos setores industriais e comerciais, mas não na agricultura, pecuária e indústrias extrativas. Isto revela novamente a preocupação nítida com o setor agro-exportador que não poderia sofrer a falta de mão-de-obra.

Com relação à indústria especificamente, salientamos que a referida legislação industrial apresentava um cunho eminentemente fiscalizador e controlador dos setores em super-produção. Não encontramos qualquer referência ao incentivo da introdução da indústria de base e nem sequer quaisquer outros estímulos à diversificação da produção industrial brasileira.

* *
*

B) POLÍTICA ECONÔMICA.

No ítem anterior, procuramos destacar as realizações do governo Vargas no período estabelecido, cuja preocupação era criar um instrumental administrativo capaz de sanar a situação caótica anterior descrita pelo próprio Vargas. Neste ítem tentaremos analisar as medidas concretas do Governo em relação aos setores das finanças, agricultura e indústria a fim de percebermos as correlações entre objetivos, ins-

trumental e realizações de Vargas neste período. Somente desta maneira poderemos chegar a um balanço mais objetivo do período que nos propusemos a analisar e detectar o peso conferido ao problema industrial que é em síntese nossa meta final (23).

*

1) Finanças.

A grande preocupação de Vargas quanto à política financeira era encontrar um equilíbrio entre receitas e despesas, evitando que o eventual *deficit* exigisse empréstimos externos para cobri-lo. Já em 1931 são promulgadas duas leis orçamentárias: a) - 26/01/1931 estabelecia uma redução de despesas, aliadas a uma previsão metódica de receita. No final de 1931 verificou-se que a receita prevista não correspondia à realidade da arrecadação. Isto trouxe a necessidade de uma elaboração de um novo orçamento; b) - 08/05/1931 - novo orçamento com redução nas despesas e uma previsão de rendas maiores.

Criou-se ainda uma Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos cujo objetivo maior era sanar a situação. Como primeiro passo, a Comissão estabeleceu um balanço dos compromissos, traçando diretrizes para equilibrar o orçamento: suprimiu gastos aumentando a receita através da fiscalização rigorosa da arrecadação. Para tal colaborou também a Comissão Central de Compras, cujo objetivo era a compreensão das despesas internas. Mas as rendas corresponderam às previsões e o *deficit* continuou. Apesar de afirmar em maio de 1932, que, o seu governo realizou várias obras sem contrair empréstimos, ou emitir, temos que, ao final deste mesmo ano, se vê obrigado a emitir 400.000 contos para atender aos seus compromissos. O pagamento de juros e amortização da dívida externa é prorrogado por três anos através do terceiro FUNDING, e as obrigações não incluídas nele são pagas, o que fortaleceu o crédito da União no exterior.

A baixa do câmbio somada à crise mundial acarreta em 1932 a redução nas importações, o que por sua vez resulta em um maior saldo na balança comercial. É digno de nota o fato de que a redução nas importações deve-se a fatores conjunturais e não a uma planificação governamental que visava a desenvolver a indústria nacional através desta redução de importações. Devido a esta situação favorável, Var

gas consegue em 1933 pagar a última prestação do descoberto do Banco do Brasil. Porém, todas as previsões orçamentárias feitas até então não solucionaram o problema financeiro da União e em 15/09/1933, o Governo expede o Decreto 23.150 que estabelece novas regras de elaboração e execução orçamentária. Além disto, em 1934, novamente é prorrogado o pagamento de juros e amortizações da dívida externa pelo FUNDING. Isto é reflexo da situação deficitária em que o Brasil se encontrava, tanto isto é verdade que em 1935 nova prorrogação do FUNDING é feita. Esta faz-se mediante acordo com os E.U.A. e Inglaterra. Com o primeiro, o acordo é feito com a condição imposta pelos americanos de o câmbio se tornar livre; com o segundo, o Brasil obriga-se a pagar 4% de juros e adquirir maior volume de mercadorias britânicas. Isto revela a perpetuação da situação de dependência em que se encontra o Brasil frente aos centros hegemônicos da época.

Em síntese, quanto à política financeira do período por nós analisado, temos que, apesar de teoricamente a Revolução ter se proposto a sanear o caos financeiro do período anterior, a situação deficitária do Brasil prolonga-se pelo menos até 1937. Os expedientes utilizados para cobrir estes déficits não diferiam substancialmente dos anteriores, mormente o recurso de prorrogar as dívidas externas através do FUNDING.

*

2) Agricultura.

A base da política agrícola de Vargas foi o retorno ao campo, isto porque para ela, a estrutura da economia nacional repousava sobre a exploração agrária.

Para tal propõe uma série de medidas:

- a) *facilitar a aquisição de terra a baixo preço e parceladamente;*
- b) *valorizar economicamente o interior;*
- c) *modernizar os processos de cultivo de terra e exploração das indústrias naturais;*
- d) *desenvolver os meios de transporte principalmente no Nordeste;*
- e) *emprender obras de açudagem, irrigação e drenagem também no Nordeste;*
- f) *criação do crédito agrícola que seria um crédito facilitado, a lon*

go prazo, a juros módicos sob o penhor da terra.

Como o progresso do Brasil, para Getúlio Vargas, estava ligado à produção de riquezas com o incremento das explorações existentes e a utilização de potenciais, a base deste progresso estaria na criação de uma infra-estrutura de circulação das mesmas riquezas. Para isto é importante a construção de ferrovias, rodovias e navegação fluvial que além da circulação permitiriam uma maior integração nacional. Desta forma, aumenta a rede ferroviária em 526 Kms no biênio 1931-32, dando ênfase à construção da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte. Amplia também as estradas de ferro do Rio Grande do Sul, Paranã e Central do Brasil. Para dirigir tais obras foi constituída uma Comissão de Engenharia, incumbida de estudar, entre outras coisas, a situação financeira das estradas de ferro pertencentes ao Governo Federal e um regime tarifário mais condizente para manter o equilíbrio das estradas.

Paralelamente ao trabalho de ampliação da rede ferroviária, empreendeu-se a ampliação do sistema rodoviário. Tal obra esteve a cargo da Comissão de Estradas de Rodagem Federais e merece menção o plano rodoviário de ligação das capitais do Nordeste, de Salvador a Terrezina, do qual tinham sido construídos 2.200 km por Vargas.

No plano fluvial e marítimo, promove-se a fusão das antigas Inspetorias de Portos, Rios e Canais e a de Navegação, com o objetivo de estabelecer a unidade de diretrizes destes serviços. Ampliaram-se os portos do Rio Grande do Sul, Paraíba, Recife, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Paranaçuã, Fortaleza, Aracaju, Piauí e Maceió.

Como já vimos acima, grande parte destes empreendimentos eram subvencionados por capitais ou companhias estrangeiras. Mas, em 1937, Getúlio faz uma referência a este fato dizendo que era fundamental diminuir as inversões externas neste setor pois já não se podia aceitar a dependência do progresso brasileiro das inversões de capital estrangeiro, e a idéia de que sem ele nada seria possível (24).

Durante os anos de 1931 e 1932 foram criados vários serviços relacionados ao setor agrícola. Como exemplo podemos citar: Serviço de Inspeção e Fomentos Agrícolas, o qual manteve o ensino prático e itinerante nos estados nacionais; Serviço de Indústria Pastoril que ins-

talou 357 estações provisórias com animais puros; Serviço de Algodão; Estação de Combustíveis e Minérios, cuja atividade maior esteve ligada aos estudos referentes ao álcool-motor; Instituto de Óleos que orientou a exploração das plantas oleoginosas brasileiras, e a pesquisa científica dos produtos agrícolas e conexos.

Analisaremos a partir daí os setores agrícolas que se deu maior relevância:

— *café* — a principal obra do Governo de Vargas quanto ao café foi o plano de descongestionamento dos estoques acumulados. O objetivo era salvar a lavoura cafeeira da ruína e encaminhar os negócios de modo que fosse possível o mercado de café voltar às suas condições normais. Este descongestionamento deu-se através da compra pelo Governo Federal dos estoques retidos por intermédio do Banco do Brasil. Somente São Paulo recebeu 1.200.000:000\$ proveniente da compra de seus estoques de café. Ao fim de três anos 49.000.000 de sacas foram retiradas do mercado e Vargas previa que no final de 1933 não existiriam mais estoques acumulados, voltando assim o café à liberdade do comércio.

Fez-se a campanha em prol do beneficiamento do café melhorando muito a qualidade de nossas safras. A liquidação dos estoques proporcionou lucros de 100.000\$000 para as estradas de ferro.

Estabeleceu-se a prática da policultura a fim de se evitar colapsos.

Tal prática fez crescer vertiginosamente o algodão na economia brasileira, chegando a transformar-se no segundo produto de exportação superando os E.U.A. em 1934 nas vendas para a Inglaterra.

— *cana de açúcar e álcool* — ao lado da defesa do café, o governo de Getúlio promoveu também a defesa da indústria açucareira. Assim, o Banco do Brasil foi autorizado a operar o financiamento das safras, liberando créditos aos agricultores na época das entressafras. Foi criado um plano de defesa através da Comissão de Defesa da Produção do Açúcar a fim de que os produtores não sofressem as oscilações de preço provocadas pelos intermediários. Este plano visava regularizar a oferta e amparar os pequenos cultivadores.

Prevendo a superprodução açucareira, em 1933 criou o Instituto do Açúcar e do Alcool que visava a atenuar a crise da indústria açucareira e também criar a indústria carburante nacional através da instalação das destilarias de álcool-motor.

Além de assegurar o equilíbrio do mercado do açúcar, aproveitava as possibilidades do consumo do álcool industrial, diminuindo a importação de gasolina e portanto a evasão do ouro do país.

— *obras contra as secas* — outra preocupação do governo de Vargas, foi sua ação no sentido de recuperação e reaproveitamento do Nordeste. Para tal propôs obras de canalização e barragem a fim de criar um sistema completo de irrigação e açudagem; pretendia também desenvolver os meios de locomoção. Sua idéia era de aproveitar os excessos pluviométricos de certas épocas do ano, reservando-os para os períodos de estiagem. Isto seria conseguido através da construção de barragens e açudes com grande capacidade para irrigação e também manter a fertilidade do solo.

Concretamente reorganizou a Inspeção Federal de Obras contra as Secas que assim distribuiu sua verba:

- a) *construção de açudes públicos e particulares com maior capacidade. Foram construídos 32 açudes e 157 poços;*
- b) *estudos de novos açudes particulares a serem construídos em colaboração com o Governo;*
- c) *estudo de um plano rodoviário de ligação das capitais do Nordeste de Salvador a Teresina. Outros 300 km. de rodovias também foram construídos;*
- d) *serviços ferroviários ampliando a Estrada Central do Piauí, Rio Grande do Norte, e a Estrada de Ferro São Luiz a Teresina;*
- e) *amparo aos flagelados construindo o que chamou de "campos de concentração" que chegaram a receber 105.000 pessoas;*

— *produtos extrativos* — quanto ao problema da borracha, Vargas propunha a racionalização de sua produção e também a nacionalização da indústria dos artefatos de borracha para impedir a evasão do ouro.

A castanha também mereceu atenções especiais de Getúlio que preconizou seu cultivo metódico em zonas previamente seleccionadas a fim

de aumentar seu consumo e anular futuras concorrências.

Para a madeira sugere o estímulo à sua extração e comercialização. Apontou também a necessidade da melhora do preparo da madeira, sua standardização e desenvolvimento de seu transporte.

Retomando a idéia inicial de que uma das preocupações centrais da política de Getúlio era o retorno ao campo, podemos concluir que, com base no volume de realizações governamentais ligadas à agricultura, sua maior atenção voltava-se a este setor. Mesmo as obras de infra-estrutura como as estradas de ferro, rodovias, açudes, etc. visavam fundamentalmente o incentivo às culturas de exportação.

*

3) Indústria.

As referências de Getúlio Vargas ao problema da indústria estão esparsas em seus discursos no decorrer dos sete anos por nós focalizados.

Não encontramos em nenhum destes instantes qualquer especificação maior do verdadeiro problema da indústria e de seu papel no desenvolvimento da economia brasileira. Ora se refere à indústria como sendo constituída pelo beneficiamento do açúcar e sua transformação em álcool, ora usa a expressão como sinônimo de serviços postais. Também chega a empregar o termo indústria quando se refere a setores têxteis e alimentícios.

Mesmo quando aborda a indústria e as medidas que a estimulariam, nunca as especifica nem enumera objetivamente. Vê-se perfeitamente que a chamada proteção às indústrias nacionais nada mais é do que o incentivo ao açúcar, cacau, carvão e álcool. Indiretamente, portanto, trata-se do próprio incentivo ao setor agrícola da economia brasileira.

A própria criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pouco contribuiu para o incentivo e regulamentação da indústria e sim dedicou sua maior ação ao problema social do trabalhador, inserindo-o como força de cooperação e manutenção do aparelho estatal. A importação da maquinaria pesada, medidas para a diversificação da produção industrial, enfim, uma política de cunho industrializante não

pode ser entrevista nos vários discursos de Vargas nesse período.

* *
*

CONCLUSÃO

A fim de extrairmos, de todos os dados acima elencados, uma conclusão que responda à questão e à inicialmente colocada, deste trabalho, destacaremos as idéias que nos parecem mais explicativas e representativas do espírito da política predominante no governo Vargas de 1930 a 1937.

Os discursos lidos e os dados que extraímos forneceram-nos elementos suficientes para concluir por uma não preocupação de Vargas em torno da industrialização.

Como vimos anteriormente, Vargas tinha conhecimento da situação real do Brasil antes de 1930, mas não das raízes do problema que levaram àquela situação. Tanto isto é verdade que ficou flagrante a importância conferida por ele ao setor agrícola durante o período por nós analisado, chegando a considerar a palavra agricultura como sinônimo de produção nacional. O próprio conceito de política econômica internacional era entendido como exportação de produtos agrícolas.

Todas as obras que poderiam parecer básicas para o estabelecimento dos alicerces para uma infra-estrutura industrial na verdade, visavam ao incentivo à produção agrária, e sua circulação. Outro detalhe significativo é o de que estas realizações situavam-se primordialmente na região nordeste, cuja atividade fundamental era a indústria açucareira e cacaeira. Mesmo o Instituto do Açúcar e do Alcool, citado por muitos autores como uma obra de cunho industrialista, nada mais foi do que um empreendimento que visava a solucionar o problema da superprodução açucareira.

As constantes referências de Vargas à necessidade de um retorno ao campo e as inúmeras menções que faz da importância da instituição do crédito agrícola, o estímulo que dá à policultura e toda a política de descongestionamento dos estoques cafeeiros, deixa clara e patente a ênfase primordial dada à agricultura pelo seu governo no período de 1930 a 1937.

Toda a preocupação com a recuperação financeira do país, embora melhorando a situação, revelou-se ineficiente em relação ao problema do *deficit* orçamentário. Prova disto é a constante revisão dos orçamentos. Uma das medidas que propõe para equilibrar as finanças nacionais é o corte das despesas suntuárias e não um aumento e diversificação da indústria nacional que poderia gerar uma autosuficiência.

Ainda quanto às finanças, é digna de nota a questão dos capitais estrangeiros. Embora Vargas condenasse o seu emprego com o fim de cobrir os déficits orçamentários, não se opunha à sua entrada sob a forma de investimentos externos, instalação de empresas estrangeiras ou consórcios nacionais e internacionais. No entanto, não encontramos referências ao emprego destes capitais para a importação de maquinaria de base, fundamentais para a industrialização brasileira.

Ficou ainda patente a pobreza das considerações feitas nos discursos do chefe do governo e na atuação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a respeito do problema da indústria. O que Vargas chamava de indústria nacional, e que, a seu ver, mereceria uma política protecionista, nada mais era do que um incentivo à indústria açucareira, de álcool-motor e carbonífera.

Na análise feita dos vários ministérios, tornou-se claro que nenhum deles dedica ênfase especial à indústria; nem o Ministério das Relações Exteriores, nem o da Fazenda e muito menos o do Trabalho, Indústria e Comércio empreendem quaisquer acordos acerca de importação de maquinarias de base ou mesmo de exportação de manufaturas nacionais. Mesmo a legislação industrial era eminentemente fiscalizadora e não estimulante de diversificação da produção industrial.

Assim, reunimos condições para concluir que a política econômica de Vargas não apresentou cunho industrializante. Muito pelo contrário, poder-se-ia mesmo afirmar que foi uma política agrícola. Sendo assim, a inserção do Brasil no sistema de divisão internacional do trabalho manteve-se, permanecendo o país como exportador de matérias-primas e gêneros primários e importador de manufaturados. Logo, a política econômica de Vargas não criou condições para que o Brasil

superasse sua situação de dependência frente aos centros hegemônicos da época.

* *
*
* *

NOTAS DE PÉ DE PÁGINA

- (1) LIMA (Heitor Ferreira), *História Político-Econômica e Industrial do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1970, pgs. 347 a 360.
- (2) PEREIRA (Luis Carlos Bresser), *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. 3a. edição, São Paulo. Editora Brasiliense, 1972, pgs. 33 a 39.
- (3) PEREIRA (Luis Carlos Bresser), *op.cit.*, pg. 36.
- (4) PEREIRA (Luis Carlos Bresser), *op.cit.*, pg. 35.
- (5) JAGUARIBE (Hélio), *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1969, pgs. 173 a 176.
- (6) JAGUARIBE (Hélio), *op.cit.*, pg. 174.
- (7) *idem, ibidem*.
- (8) JAGUARIBE (Hélio), *op.cit.*, pg. 175.
- (9) PEREIRA (José Carlos), *Estrutura e Expansão da Indústria em São Paulo*. São Paulo. Editora Nacional, 1967, pgs. 27/28.
- (10) DEAN (Warren), *A Industrialização de São Paulo*. 2a. edição. São Paulo. DIFEL. s/d, pgs. 194 a 220.
- (11) DEAN (Warren), *op.cit.*, pg. 196.
- (12) DEAN (Warren), *op.cit.*, pg. 197.
- (14) Para tentar desenvolver esta referida hipótese basear-nos-emos principalmente na obra do próprio Getúlio Vargas: *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora, 1938, que inclui vários pronunciamentos do mesmo no decorrer do período por nós delimitado. Para este trabalho foram utilizados os volumes I, II, III, IV e V. Primeiramente analisaremos suas próprias considerações sobre o período anterior à Revolução, para

em seguida avaliarmos o seu programa e suas medidas. Neste último tópico limitar-nos-emos apenas às medidas que digam respeito à política econômica e financeira de Vargas e à sua obra administrativa. Finalmente, a partir de todos estes dados, tentaremos uma interpretação crítica do período.

(15) Os dados deste item foram retirados dos seguintes discursos:

- a) *A Plataforma da Aliança Liberal* (Plataforma lida na Esplanada do Castelo em 02/01/1930, op.cit., vol. I, pp. 19-54.
- b) *Nova organização administrativa do país* (Discurso de posse na chefia do Governo Provisório perante a Junta Governativa, em 03/11/1930), op.cit., vol. I, pp. 69-74.
- c) *A Revolução, suas origens e o seu programa* (Discurso pronunciado no banquete oferecido pelas classes armadas, em 02/01/1931), op.cit., vol. I, pp. 79-87.
- d) *Os saldos ouro e o problema siderúrgico* (Discurso pronunciado em Belo Horizonte, no banquete oferecido pelo Governo do Estado a 23/02/1931), op.cit., vol. I; pp. 93-103.
- e) *O primeiro ano do Governo Provisório e as suas diretrizes* (Manifesto à nação, lido em sessão solene, no Teatro Municipal a 03/10/1931), op.cit., vol. I, pp. 153-248.
- f) *A Revolução e o regime legal* (Manifesto à nação, lido em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, a 14 de Maio de 1932), op.cit., vol. II.
- g) *Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte* (no ato de sua instalação, em 15 de Novembro de 1933), op.cit., vol. III, pp. 15-158.
- h) *O Brasil em 1930 e as realizações do Governo Provisório* (Manifesto à nação em Junho de 1934), op.cit., vol. III, pp. 195-274.
- i) *A reorganização financeira aos Estados e Municípios e o esquema das dívidas externas* (Discurso pronunciado no Ministério da Fazenda, perante a Comissão de Estudos Financeiros, a 15 de Agosto de 1934), op.cit., vol. III, pp. 265-269.

- j) *Voltando ao Rio Grande do Sul depois de quatro anos* (Discurso pronunciado em Porto Alegre a 23/11/1934), op.cit., vol. IV, pp. 15 a 37.
- (16) *Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte* (no ato de sua instalação, em 15 de Novembro de 1933), Vol. III, pg. 40.
- (17) Estes dados foram retirados da Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de Novembro de 1933, Vol. III, pg. 33 a 39.
- (18) *Nova Organização Administrativa do País* (Discurso de posse na chefia do Governo Provisório, perante a Junta Governativa, em 03/11/1930), vol. I, pgs. 69 a 79.
- (19) Os demais dados encontram-se em:
- A Volta do País ao Regime Constitucional* (Discurso aos representantes do Clube 3 de Outubro, no dia 4 de março de 32).
- A Revolução e o Regime Legal* (Manifesto à nação, lido, em Sessão Solene, no Edifício da Câmara dos Deputados, a 14 de Maio de 1932).
- As Classes Trabalhadoras e o Governo da Revolução* (Discurso pronunciado em 29 de Outubro de 1932).
- A instrução profissional e a educação moral, cívica e agrícola* (Discurso pronunciado na Bahia, em 18 de Agosto de 1933).
- O Açúcar e a Industrialização do Alcool* (Discurso pronunciado em Recife, a 05 de Setembro de 1933).
- A Paraíba na Revolução e as obras contra as secas* (Discurso pronunciado em João Pessoa, a 08 de Setembro de 1933).
- Os Problemas do Nordeste e a ação do Governo Provisório* (Discurso pronunciado em Fortaleza, a 18 de Setembro de 1933).
- A Borracha e o aproveitamento das riquezas naturais da Amazônia* (Discurso pronunciado em Belém, a 27 de Setembro de 1933).
- Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de Novembro de 1933.*

- (20) Os dados deste ítem encontram-se:

Mensagem lida perante a Assembléia Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de Novembro de 1933, op.cit., vol. III, pg. 15 a 158.

O Brasil em 1930 e as realizações do Governo Provisório (Manifesto à nação, em Junho de 1934), op.cit., vol. III, pgs. 195 a 247.

O primeiro ano do Governo Provisório e as suas diretrizes (Manifesto à nação, lido em sessão solene, no Teatro Municipal a 03 de Outubro de 1931), vol. I, pgs. 153 a 254.

- (21) *Voltando ao Rio Grande depois de 4 anos* (Discurso pronunciado em Porto Alegre, a 23 de Novembro de 1934), vol. III, pg. 26.

- (22) *Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de Novembro de 1933, vol. III, pgs. 107-108.*

- (23) Os dados deste ítem foram retirados dos seguintes discursos:

O primeiro ano do Governo Provisório e as suas diretrizes (Manifesto à nação, lido, em sessão solene, no Teatro Municipal a 03/10/1931), op.cit., vol. I, pgs. 153-254.

A Revolução e o regime legal (Manifesto à nação, lido, em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, a 14 de Maio de 1932), op.cit., vol. II.

Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de Novembro de 1933, op.cit., vol. III, pgs. 15-158.

Voltando ao Rio Grande do Sul depois de 4 anos (Discurso pronunciado em Porto Alegre a 23/11/34), op.cit., vol. IV, pgs. 15-37.

Campos, a lavoura do açúcar e a industrialização do álcool (Discurso pronunciado em Campos, no Teatro Trianon, por ocasião do Banquete oferecido pelas classes conservadoras, em 23/06/36), op.cit., vol. IV, pgs. 161-166.

Situação do Brasil em 31 de Dezembro de 1936 (Saudação ao país, na primeira hora de 1937), op.cit., vol. IV, pgs. 209-217.

Proclamação ao povo brasileiro, lida no Palácio da Guanabara e irradiada para todo o país, na noite de 10/11/37, op.cit., vol. V, pgs. 19 a 32.

(24) Entrevistas dadas à imprensa do país (Petrópolis, 19/02/38 e em São Lourenço, 22/04/38), op.cit., vol. V, pgs. 159-189.

* *
*

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *R.F. Colson* (Universidade Federal de Santa Catarina)

Pergunta:

- 1º) Como se situam os Autores frente à análise feita pelo Prof. Hilton, quer dizer, à ênfase dada por ele ao papel do Estado Maior do Exército?
- 2º) É questão aberta que o IAA *realmente* protegeu a indústria do Nordeste, e ainda facilitou o domínio do Estado pelos usineiros paulistas?"

*

Da Profa. *Amazile de Hollanda Vieira* (Universidade Federal de Santa Catarina)

Indaga:

"Como medida de proteção à agricultura e evitando o êxodo rural aplicam uma série de medidas que os Autores dizem ser bastante atualizadas. Qual a conotação encontrada?"

* *
*

RESPOSTAS DO PROF. EUCLIDES MARCHI.

Ac Prof. *R.F. Colson*

Respondeu:

1º) A tônica principal deste trabalho centrou-se basicamente na obra do próprio Vargas — utilizada como fonte primária —. A pesquisa historiográfica e suas diferentes interpretações será

feita num segundo momento.

29) O IAA não trouxe grandes contribuições ao Nordeste, dado que a posição de vanguarda passou a ser ocupada pelos usineiros paulistas, de tal sorte que, na realidade, não atingiu seus objetivos iniciais e que justificariam sua criação".

*

À Profa. *Amazile de Hollanda Vieira*